

RADAR ÁSIA-PACÍFICO

Dezembro 2022

RADAR ÁSIA-PACÍFICO
Dezembro 2022
v.1 n.1



LIGA DE ESTUDOS
ÁSIA-PACÍFICO
PUC-RIO

SOBRE A LIGA DE ESTUDOS ÀSIA-PACÍFICO

A Liga de Estudos Ásia-Pacífico (LEAP) é um projeto extracurricular idealizado e desenvolvido por alunos do curso de graduação de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Por meio de atividades extracurriculares de ensino, pesquisa e extensão, a LEAP tem por objetivo principal aprofundar a contribuição dos discentes da universidade nos debates acadêmicos acerca das questões de cooperação, conflito, política e cultura dos países da Ásia-Pacífico.

O Radar Ásia-Pacífico é a análise de conjuntura mensal escrita pelos ligantes da LEAP, com a finalidade de discutir os temas latentes que dizem respeito à cooperação e conflito na região no último mês.

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do(a)s autor(a)(es) não refletindo, necessariamente, a posição das instituições envolvidas.

EQUIPE LEAP

Professor coordenador da LEAP

Diego Santos Vieira de Jesus

Presidentes da LEAP

Maria Gabriela Veloso Camelo

Renan Guimarães Canellas de Oliveira

Diretores da LEAP

Mariana Azevedo Soares Quintanilha

Sofia Mendes Magalhães

Beatriz Nardy de Queiroz

RADAR ÁSIA-PACÍFICO

Dezembro/2022. Rio de Janeiro.

PUC - Liga de Estudos Ásia-Pacífico

31p; 29,7 cm

1. Ásia-Pacífico;
2. Cooperação;
3. Conflito;



LIGA DE ESTUDOS
ÁSIA-PACÍFICO
PUC-RIO

SUMÁRIO

1

29ª REUNIÃO DE LÍDERES ECONÔMICOS DA APEC: DESENVOLVIMENTO, CONSENSO E SUSTENTABILIDADE

Mariana Azevedo Soares Quintanilha
Sofia Mendes Magalhães

2

40ª E 41ª CÚPULA DA ASEAN: INTEGRAÇÃO E CONFLITO

Maria Gabriela Veloso Camelo
Renan Guimarães Canellas de Oliveira

3

DINÂMICAS REGIONAIS NA ÁSIA-PACÍFICO: TAIWAN E A COMPETIÇÃO HEGEMÔNICA ENTRE EUA E CHINA

Érico Azera Gonçalves da Rocha
Letícia Fernandes de Almeida

4

PARTICIPAÇÃO DOS PAÍSES DA ÁSIA-PACÍFICO NA COP27

Beatriz Fernandes Lira Cavalcante
Beatriz Nardy de Queiroz

5

HWASONG-17: ESCALADA NAS TENSÕES NA PENÍNSULA COREANA

Isabela Süssekind Rocha Torres
Rogério Holanda Zoghbi

1

29ª REUNIÃO DE LÍDERES ECONÔMICOS DA APEC: DESENVOLVIMENTO, CONSENSO E SUSTENTABILIDADE

Mariana Azevedo Soares Quintanilha

Sofia Mendes Magalhães

A Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC, sigla em inglês) é o principal fórum econômico do círculo pacífico e possui como objetivo a organização de uma área de cooperação econômica e técnica em defesa do livre mercado, incentivando o aumento da Segurança e facilitando um ambiente de negócios sustentável. Assim, buscando promover uma dinâmica harmoniosa na comunidade Ásia-Pacífico e acelerar a integração econômica regional. Desde então, a APEC é formada por Austrália, Brunei, Canadá, Chile, China, Indonésia, Japão, Coreia do Sul, Malásia, México, Nova Zelândia, Papua Nova Guiné, Peru, Filipinas, Rússia, Cingapura, Tailândia, Vietnã e Estados Unidos, além de Hong Kong.

Nos dias 18 e 19 de novembro de 2022 os líderes do fórum se reencontraram para a 29ª Reunião de Líderes Econômicos da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), em Bangkok. Este ano, sob o tema *"Abrir". "Conectar." "Equilibrar."* – retomando a APEC Putrajaya Vision 2040¹ – a discussão se sustentou em três pilares principais: estar aberto a todas as oportunidades, conectado em todas as dimensões e equilibrado em todos os aspectos, promover um crescimento econômico robusto, inovador e inclusivo de longo prazo, e por fim, atingir os objetivos de sustentabilidade na região da Ásia-Pacífico.

A APEC é composta por 38% da população global, 62% do produto interno bruto e 48% do comércio. Além disso, somente a região englobada foi responsável por 58% do fornecimento global de energia primária e 57% do consumo de energia em torno do mundo em 2016.² Sabendo disso, é evidente a importância de voltarmos nossa atenção para as discussões e narrativas levantadas durante o evento, tratando-o como uma peça importante no processo de estruturar uma análise conjuntural do contexto político-econômico e energético na região da Ásia-Pacífico.

1 (APEC, 2020).

2 (SETHI e DASH, 2022).

Em meados de discussões voltadas para planos de intensificar uma interconexão regional, a Tailândia esperava aproveitar a reunião para firmar progresso na formação de uma Área de Livre Comércio da Ásia-Pacífico (FTAAP). No entanto, as negociações também percorreram sobre temas de Segurança internacional e saúde. A pandemia da COVID-19 e os problemas econômicos e estruturais gerados nessa crise não deixaram de ser abordados. temas sobre a recuperação da economia após uma crise sanitária global e a construção de um plano de crescimento focado em uma reforma estrutural inclusiva, sustentável e inovadora também foram discutidos.

Além do mais, ocorrida em meio a tensões geopolíticas sobre a guerra na Ucrânia e outros pontos críticos, como Taiwan e a península coreana, a reunião acentuou a importância da Segurança internacional. Mesmo reconhecendo que a APEC não é o fórum para resolver questões de segurança, o bloco reitera as consequências econômicas significativas que o conflito acaba alimentando na estabilidade econômica global, limitando o crescimento, aumentando a inflação, interrompendo cadeias de suprimentos, impulsionando a insegurança energética e alimentar e elevando os riscos de instabilidade financeira. Não obstante, mesmo havendo opiniões divergentes entre os líderes do bloco, foram reiteradas as posições contra a guerra na Europa, onde foi declarado que a APEC lamenta veementemente a agressão da Federação da Rússia contra a Ucrânia e exige a sua retirada total e incondicional do território da Ucrânia.

O tema da segurança e instabilidade internacional se fez presente mais do que nunca. Em perspectiva mais ampla, em meio às discussões de promoção do fortalecimento de um sistema comercial multilateral baseado em regras, e o reconhecimento da necessidade de esforços mais intensos para abordar desafios como aumento da inflação, segurança alimentar, mudança climática e desastres naturais, a questão do conflito europeu surge intensamente durante os diálogos. Desde então, passa a ser evidenciado um ímpeto cada vez maior de estabelecer um consenso entre os líderes sobre como tratar a agressão da Rússia em um documento final. De qualquer modo, a diversidade de visões e avaliações da situação e das sanções colocaram em xeque as diferenças de pontos de vista entre o amplo grupo de nações e impediram tal resultado.³

³ (MCCARTHY, 2022).

O ministro das Relações Exteriores da Tailândia, Don Pramudwinai, chegou a comentar que a reunião do bloco de 21 membros estava ocorrendo em um momento crucial com o mundo enfrentando múltiplos riscos, e que justamente por isso que “a APEC este ano deve superar os desafios e levar esperança ao mundo em geral”.⁴ Tais desafios se tornam perceptíveis rapidamente, quando no segundo dia da Cúpula, a Coreia do Norte lançou um míssil balístico intercontinental (ICBM), o segundo teste de armas do regime de Kim Jong-Un em dois dias em meio ao aumento das provocações de Pyongyang.⁵

Em meados de tensões diplomáticas— principalmente com os Estados Unidos— o líder chinês Xi Jinping perpetuou um discurso de promoção da paz e estabilidade. Enfatizando que a Ásia “não representa o quintal de ninguém”, além de que não há “nenhuma tentativa de travar uma nova Guerra Fria”. O discurso do líder do maior país asiático perpetua o discurso que vem sendo construído consecutivamente, promovendo o desenvolvimento pacífico, a abertura e inclusão, a solidariedade e a cooperação e modernização econômica regional, mesmo em contextos de tensão. Xi afirmou que o país está comprometido em promover a construção de uma comunidade da Ásia-Pacífico com um futuro compartilhado e prometeu assumir mais responsabilidades no aumento da estabilidade e prosperidade regional. Além disso, o presidente chinês prometeu um novo caminho para manter a harmonia entre a humanidade e a natureza na busca da modernização chinesa. “A China está entre os países com a redução mais rápida da intensidade energética do mundo”, observou Xi.⁶

Já os EUA, enviaram sua vice-presidente para a reunião. Em discurso para líderes empresariais, na sexta-feira dia 18 de novembro, Harris disse que os EUA têm uma profunda participação na região e descreveu a América como um “parceiro forte” para suas economias e um “grande motor do crescimento global”. Sem mencionar a China em seu discurso, ela também promoveu iniciativas americanas para compensar a influência regional de Pequim, incluindo o Indo-Pacific Economic Framework, lançado por Washington no início deste ano, e a Parceria para Infraestrutura e Investimento Global.⁷

4 (ARAB NEWS, 2022).

5 (MCCARTHY, 2022).

6 (VIDAL, 2022).

7 (MCCARTHY, 2022).

Em meio à instabilidade política e as tensões na conjuntura internacional, o tema da sustentabilidade também teve destaque durante o 29º encontro da APEC. O resultado dessa reunião implica a garantia da efetividade e progressão da cooperação, que por meio da APEC Connectivity Blueprint possui o objetivo de gerar benefícios para todos os membros do fórum. No caso da Bio-Circular-Green (BCG) Economy, o desenvolvimento voltado para a Tailândia permite a renovação da colaboração e o diálogo entre os membros da APEC, possibilitando a promoção do comércio e do crescimento econômico no presente, ao mesmo tempo em que sustenta as diretrizes políticas para apoiar as gerações futuras.

A reunião da APEC teve como centralidade as metas de Bangkok por uma Economia bio-circular-verde (BCG), proposta pelo governo tailandês como um novo modelo econômico para o crescimento inclusivo e sustentável. Esse novo modelo condiz com a capacidade econômica tailandesa em prol da tecnologia e inovação e é compatível com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, além de corresponder ao propósito central de desenvolvimento social e econômico da Tailândia.⁸

Esse modelo corresponde a um plano estratégico que encontra-se focado em 4 setores - alimentação e agricultura; medicina e bem-estar; bioenergia, biomateriais e bioquímica; turismo e economia criativa -, com o fim de proporcionar o bem-estar social, a biodiversidade e a diversidade cultural. Ademais, a reunião reitera os comprometimentos feitos para a Putrajaya Vision 2040 e as ações deliberadas pela Aotearoa Plan of Action (APA) com o propósito de atingir e cumprir com progresso dos objetivos estipulados por esses projetos de desenvolvimento e sustentabilidade.⁹

Esperava-se que os líderes apoiassem a proposta baseada na iniciativa do Governo tailandês de promover a sustentabilidade, mas a cúpula enfrentou certa resistência no país. Oficiais tailandeses dispersaram uma multidão de manifestantes que caminhavam para o local da cúpula da APEC na sexta-feira, dia 18.¹⁰ Os protestos pedem aos delegados da cúpula que rejeitem a proposta do governo tailandês, argumentando os críticos que a iniciativa favorece as grandes empresas, em detrimento dos agricultores pobres. “Prayuth,

8 (ROYAL THAI EMBASSY, 2021).

9 (APEC, 2022).

10 (MCCARTHY, 2022).

primeiro-ministro da Tailândia, está usando a cúpula da APEC para legitimar esses esquemas opressores e exploradores que fazem inimigos de agricultores, trabalhadores e do público”, disse a ativista Passaravalee Thanakijvibulphol.¹¹

Em resumo, a APEC abrange assuntos vigentes de extrema relevância para atribuir o consenso que permite a cooperação, sobretudo econômica. Por meio dessa reunião, tomou-se conhecimento das perspectivas dos estados-membros que assegurem um desempenho em prol do alinhamento de atuação. Assim, a temática do desenvolvimento de forma sustentável foi reorientada, de forma que foi apresentada uma resposta integral à questão. Mesmo ocorrendo em meio de distensões internacionais muito recentes, discussões envolvendo planejamentos de longo prazo se estenderam durante os dois dias da reunião. Desde então, é possível enxergar a responsabilidade da 29ª Reunião de Líderes Econômicos de aperfeiçoar o modelo estrutural organizacional e a governança da APEC como principal bloco econômico na região da Ásia-Pacífico.¹²

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APEC, 2020. Visão da APEC que prega por uma comunidade Ásia-Pacífico aberta, dinâmica, resiliente e pacífica até 2040, para a prosperidade de todo o povo e das gerações futuras. Disponível em: <https://www.apec.org/meeting-papers/leaders-declarations/2020/2020_aelm/annex-a>. Acesso em: 25 nov. 2022.

APEC - Asia-Pacific Economic Cooperation. 29th APEC Economic Leaders' Meeting 2022 - Declaration. Disponível em: <http://mddb.apec.org/Pages/default.aspx> . Acesso em: 2 dez. 2022.

APEC, 2022. APEC Bangkok Goals on Bio-Circular-Green (BCG) Economy. APEC Economic Leaders' Meeting Bangkok, Thailand, 19 November 2022. <[https://www.apec.org/meeting-papers/leaders-declarations/2022/2022-leaders-declaration/bangkok-goals-on-bio-circular-green-\(bcg\)-economy](https://www.apec.org/meeting-papers/leaders-declarations/2022/2022-leaders-declaration/bangkok-goals-on-bio-circular-green-(bcg)-economy)>.

¹¹ (VIJITRA DUANGDEE, 2022).

¹² (APEC DECLARATION, 2022).

_____APEC summit host Thailand urges leaders to put aside differences. Arab News, 2022. Disponível em: <<https://www.arabnews.com/node/2201891/world>>. Acesso em: 1 dez. 2022.

MCCARTHY, Simone. Asia must not become arena for “big power contest,” says China’s Xi as APEC summit gets underway. CNN. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2022/11/17/asia/apec-day-1-bangkok-thailand-intl-hnk/index.html>>. Acesso em: 2 dez. 2022.

Royal Thai Embassy, Washington D.C. Bio-Circular-Green Economic Model (BCG). August, 2021. <<https://thaiembdc.org/bio-circular-green-bcg/>>.

SETHI, N; DASH, D. A Perspective on Energy Consumption Balance: Quality of Life, Governance, and Carbon Emissions in APEC. Humanities and Social Sciences, National Institute of Technology Rourkela, Vol. 3, Issue 4, 2022.

VIDAL, Iara. Reunião da APEC: China abre os olhos para o desenvolvimento inclusivo da Ásia-Pacífico e pede atualização econômica regional. Revista Fórum. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/global/chinaemfoco/2022/11/18/reunio-da-apec-china-abre-os-olhos-para-desenvolvimento-inclusivo-da-asia-pacifico-pede-atualizacao-econmica-regional-127494.html>>. Acesso em: 2 dez. 2022.

VIJITRA DUANGDEE. Protests Erupt Near APEC Summit in Bangkok. VOA, 2022. Disponível em: <<https://www.voanews.com/a/protests-erupt-near-apec-summit-in-bangkok/6839136.html>>. Acesso em: 2 dez. 2022.

2

40ª E 41ª CÚPULA DA ASEAN: INTEGRAÇÃO E CONFLITO

Maria Gabriela Veloso Camelo
Renan Guimarães Canellas de Oliveira

A 40ª e 41ª Cúpula da ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático) em Camboja, aconteceu entre os dias 10 e 13 de novembro e foi o primeiro encontro presencial do bloco desde o início da pandemia de Covid-19. Como de praxe, a Cúpula discutiu temas referentes à integração e segurança regional, cooperação internacional e também sobre o posicionamento do bloco frente a problemas latentes da conjuntura internacional. Além de comemorar o marco de 55 anos da criação da associação, a reunião marcou ainda o apontamento de Kao Kim Hourn como o novo Secretário-Geral da ASEAN pelos próximos cinco anos (2023-2027), o primeiro cambojano a assumir o cargo.

Um outro importante destaque do encontro diz respeito à admissão, em princípio, do Timor-Leste como membro, mais de uma década depois do pedido de admissão feito pelo país - o último membro a entrar no bloco foi o Camboja, em 1999. A entrada do país no bloco possibilita uma aproximação diplomática entre o Timor-Leste e os outros membros, potencializando investimento estrangeiro direto. O rico país em recursos naturais é considerado a democracia mais jovem da Ásia, ganhando sua independência da Indonésia no fim dos anos 90 a partir de um referendo supervisionado pela ONU.

Ainda no que tange à integração regional, é relevante pontuar a ênfase no discurso em prol da redução do gap de desenvolvimento intra-bloco, como um aspecto central na agenda de *community-building* da ASEAN. O relatório final da cúpula aponta que a Iniciativa de Integração da ASEAN (IAI, sigla em inglês)¹ é o mecanismo base para a realização desse objetivo.

¹ Neste contexto, os Chefes de Estado/Governo da ASEAN, em sua reunião de cúpula em novembro de 2000 em Cingapura, adotaram um programa especial para reduzir o hiato de desenvolvimento, chamando-o de "Iniciativa para a Integração da ASEAN" ou "IAI". A iniciativa visa fornecer uma estrutura para a cooperação regional por meio da qual os Estados membros mais desenvolvidos possam ajudar os Estados Membros que mais precisam, com o objetivo de reduzir a lacuna de desenvolvimento e aumentar a competitividade da ASEAN como região. Seguindo a decisão dos Líderes, em julho de 2001, os Ministros das Relações Exteriores da ASEAN adotaram a Declaração de Ha Noi, sobre Estreitar a Lacuna de Desenvolvimento para uma Integração Mais Estreita da ASEAN. (ASEAN, 2020, tradução nossa)

No âmbito da segurança regional, vale destacar a gravidade da ausência de Mianmar na reunião. O país não foi convidado à cúpula devido ao golpe militar que retirou a presidente eleita, Aung San Suu Kyi, do poder. Ainda que, no relatório final, a associação tenha reafirmado seu comprometimento com a promoção e proteção dos direitos humanos e reconhecido a importância de abordar de forma efetiva os desafios trazidos pela violência extrema, sua atuação quanto às violações que aconteceram e acontecem no Estado birmanês, foram muito criticadas, durante os dias de ocorrência da cúpula.

Logo após o golpe no país, dos então 10 integrantes da ASEAN, apenas Filipinas, Indonésia, Malásia e Singapura de fato se manifestaram contra os desdobramentos violentos causados por este evento. Tendo em mente que os outros membros ou optaram pela neutralidade ou apoiaram de forma silenciosa o governo militar birmanês, chegar a um acordo sobre qual seria a atuação da associação neste caso foi um processo complexo e lento. Com tais posturas estatais divergentes, a ASEAN, que só atua por consenso², demorou significativamente para agir sobre o caso do Mianmar. E, mesmo quando chegaram a propostas comuns, a atuação do grupo foi tardia e ineficaz.

Mesmo com toda a dificuldade de consenso sobre o caso de Mianmar, a ASEAN discutiu amplamente os desdobramentos no país e na região nesta cúpula. Mencionou-se ainda a visita de Pral Sokhonn, o Ministro de Relações Exteriores e Cooperação Internacional do Camboja, como enviado especial da ASEAN neste ano. Apesar de ter sido uma iniciativa importante, o progresso feito por essa visita e as reuniões com as autoridades birmanesas foi ínfimo. O intuito dessa missão era progredir na implementação dos 5 pontos de consenso³, acordados em 2021.

Ainda sobre visitas e tentativas de conversa com as autoridades do Mianmar, a ASEAN reconheceu a importância também do papel da ONU nessas negociações e na implementação de uma solução pacífica.

2 Diante do “ASEAN Way”, processo de tomada de decisão baseado no consenso e na não interferência em assuntos domésticos, a organização limita sua capacidade em coordenar uma gama de normativas regionais mais incisivas que poderiam ser efetivas na resolução de conflitos (TOBING, 2018).

3 Como resultado, a ASEAN aprovou um documento com 5 pontos de consenso, sendo eles: 1) o fim imediato da violência em Mianmar por parte de todos os atores nacionais; 2) a necessidade da promoção do diálogo em busca de uma solução pacífica; 3) a contribuição do secretário-geral e de um enviado do presidente da ASEAN para o processo de diálogo; 4) o encaminhamento de assistência humanitária pela organização; e 5) o envio de um funcionário especial e uma delegação à Mianmar para se encontrar com os atores interessados na questão (ASEAN, 2021).

A perspectiva da associação no momento é de que a próxima visita do enviado especial da ASEAN seja efetiva para progredir com o consenso, sobretudo nas questões de assistência humanitária e na facilitação do diálogo político.

Em uma última colocação sobre o cenário de Mianmar, o bloco enfatizou a gravidade da situação em Rakhine, um estado no oeste do país. A questão neste estado tem um teor sócio-cultural. Neste caso, a ASEAN estimula a conversa entre Mianmar e Bangladesh e se coloca como disposta a mediar a conversa e a implementação do acordo firmado em 2017 entre os dois países sobre a alocação do retorno de pessoas deslocadas do estado de Rakhine e o memorando de entendimento assinado por Mianmar e a ACNUR, válido até março de 2023.

Sobre a conjuntura internacional, o bloco discutiu problemas latentes como a desnuclearização da península coreana e a guerra na Ucrânia. No que diz respeito à primeira, o recente teste do míssil balístico intercontinental pela República Popular Democrática da Coreia (RPDC) foi visto como uma ameaça à paz e à estabilidade da região. As tensões crescentes entre as Coreias e o Japão são observadas com preocupação pela ASEAN.

Já no que se refere à situação na Ucrânia, a posição da associação reafirmou o respeito pela soberania, independência política e integridade territorial. Nesse sentido, o relatório final da Cúpula enfatiza a importância da cessação imediata das hostilidades e a criação de um ambiente propício para a resolução pacífica do conflito, em conformidade com o direito internacional e a Carta da ONU. Além disso, o grupo sinaliza para a necessidade de uma rápida, segura e desimpedida assistência humanitária para os ucranianos que estão em uma situação de vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASEAN. CHAIRMAN'S STATEMENT OF THE 40TH and 41ST ASEAN SUMMITS. Phnom Penh, Camboja, 11 de novembro de 2022. Disponível em: <<https://asean.org/chairmans-statement-of-the-40th-and-41st-asean-summits/>>. Acesso em 30 de novembro de 2022.

ASEAN. State Chairman' Statement on the ASEAN Leaders' Meeting. 2021, p. 1-4. Disponível em: asean.org/wp-content/uploads/Chairmans-Statement-on-ALM-Five-Point-Consensus-24-April-2021-FINAL-a-1.pdf. Acesso em: 04 de dezembro de 2022.

REUTERS. ASEAN agrees in principle to admit East Timor as 11th member. 11 de novembro de 2022. Disponível em <<https://www.reuters.com/world/asean-agrees-principle-admit-east-timor-11th-member-2022-11-11/>>. Acesso em 30 de novembro de 2022.

TOBING, Dio Herdiawan. The Limits and Possibilities of the ASEAN Way: The Case of Rohingya as Humanitarian Issue in Southeast Asia. The 1st International Conference on South East Asia Studies, 2016, p. 148-174, 2018.

3

DINÂMICAS REGIONAIS NA ÁSIA-PACÍFICO: TAIWAN E A COMPETIÇÃO HEGEMÔNICA ENTRE EUA E CHINA

Érico Azera Gonçalves da Rocha

Letícia Fernandes de Almeida

A análise das políticas externas em um sistema internacional de duas hegemônias, Estados Unidos e China, permite que estas sejam evidenciadas sob perspectiva histórica, especialmente após as recentes tensões envolvendo Pequim e Washington. A questão taiwanesa ganhou destaque após a visita de Nancy Pelosi à ilha em agosto de 2022, trazendo à tona debates políticos que perduram até a atualidade. Para o texto, serão abordadas as relações entre o posicionamento dos Estados Unidos e da China sob bases históricas. A década de 1990 foi um marco e significou uma maior inserção chinesa, dando espaço às práticas de diplomacia pacífica nas relações com os países da região. Destaca-se, também, o início do século XXI como um período de vácuo de poder, em muito devido à mudança de foco norte-americana em razão da Guerra ao Terror na administração Bush (2001-2009). A competição hegemônica será tratada no âmbito dos governos de Hu Jintao (2003-2013) e Xi Jinping (2013-presente) do lado chinês, e de Barack Obama (2009-2017), Donald Trump (2017-2021) e Joe Biden (2021-presente) do lado estadunidense. As disputas geopolíticas se acentuaram na região da Ásia-Pacífico no presente ano e as consequências são redesenhadas com a eclosão de novos atritos.

Um dos pontos cruciais para o entendimento das atuais tensões é a complexa diplomacia sino-americana, principalmente a partir do conceito da Política de Uma Só China, adotada em 1979 por Washington, dando reconhecimento à República Popular da China (RPC), que passou a integrar às Nações Unidas no lugar de Taiwan. Até o reconhecimento oficial da RPC pelo governo dos EUA, a falta de diálogo marcava a relação entre os dois países, fazendo com que a postura chinesa fosse a de isolacionismo.¹ Entretanto, observa-se uma retomada das relações diplomáticas sino-americanas com o início de uma “Moderna Diplomacia”, diferente da promovida entre os anos de 1949 e 1973.²

¹ De acordo com Kissinger (2011).

² (AMARAL, 2012, p. 76-79).

As características fundamentais desse novo modelo seriam a “ascensão pacífica” no continente asiático, internacionalmente, e o “Grande Salto Adiante” no campo doméstico.

Com a abertura econômica do final da década de 1970, a diplomacia de Deng Xiaoping (1978-1989) começa a ser posta em prática, também no contexto da Moderna Diplomacia. No período, observou-se um maior direcionamento da política externa chinesa (PECh) rumo às economias desenvolvidas como Estados Unidos, Japão e Europa Ocidental.³ Dessa forma, podemos concluir que uma reaproximação dos interesses norte-americanos com os chineses. Levando em conta o arrefecimento da Guerra Fria, os EUA abandonaram a lógica da China enquanto superpotência rival, conferindo tal definição aos soviéticos e, dessa forma, a lógica de ameaças enfraqueceu-se no leste da Ásia.

É necessário analisarmos o período que teve início em 1989 como um dos marcos que definiu o enfraquecimento da presença estadunidense na geopolítica da Ásia-Pacífico. À medida em que a PECh estava engendrando aspirações rumo ao regionalismo asiático, o episódio da Praça de Tiananmen (também conhecido por Massacre da Praça da Paz Celestial) gerou sanções por parte dos Estados ocidentais e fez com que os tomadores de decisão chineses passassem a olhar para a esfera regional ao invés de perseguirem os mercados ocidentais. Inaugura-se, assim, a Diplomacia da Boa Vizinhança, priorizando a Ásia.⁴ Sob essa ótica, estreitam-se as relações com os países da ASEAN (Singapura, Vietnã, Indonésia, Malásia, etc), e com a Coreia do Sul na condição de Tigre Asiático.

A década de 1990 configurou-se como uma oportunidade para a diplomacia chinesa. A crise financeira de 1997, que acometeu a maioria dos países da região, permitiu a ofensiva multilateral da RPC e serviu para reduzir as percepções de ameaça. Acompanhado desse processo, foram concedidos empréstimos a juros baixos e sem contrapartidas políticas, algo bastante explorado pelas potências ocidentais na figura do FMI.⁵ Posteriormente,

3 “‘Abertura para todos’ foi o princípio chave durante a década de 1980, embora a prioridade fosse dada ao mundo desenvolvido de Estados Unidos, Japão e Europa Ocidental”. (CHUNG, 2007 apud. AMARAL, 2012, p. 78).

4 “Tais sanções forçaram os líderes chineses a olhar para a sua esfera regional ao invés de depender exclusivamente dos países ocidentais, desenvolvendo, assim, a “diplomacia da boa vizinhança” – a primeira política regional que priorizava a Ásia” (CHUNG, 2007, p. 157).

5 (HENDLER; NOGUEIRA, 2016, p. 207-209).

intensifica-se o vácuo de poder deixado pelos Estados Unidos durante o governo Bush, quando a política externa norte-americana passa a direcionar-se pesadamente à Guerra ao Terror no Oriente Médio. Pelos motivos acima apresentados, o período de 1997 a 2008 ficou caracterizado pelos avanços da PECh de ideais de negociação igualitária e coexistência pacífica.⁶

Existe no Estreito de Taiwan um claro interesse geoestratégico por parte dos Estados Unidos em conter a ascensão pacífica chinesa. A partir dos anos 2000, juntamente à mudança do governo republicano para o democrata, as organizações internacionais passaram a ter papel fundamental na diplomacia dos EUA na ilha. A APEC, nesse sentido, teria papel essencial em integrar Taiwan à comunidade internacional enfraquecendo, com isso, a sua dependência da RPC. Para além da APEC, pode-se resgatar o atual Indo-Pacific Economic Framework e o Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífica (CPTPP), estimulados durante a administração democrata de Obama e, atualmente, na gestão Biden.⁷

O governo Obama traduziu-se como um "retorno" da diplomacia estadunidense à Ásia-Pacífico, negligenciada por quase uma década. Estimulando o comércio, os Estados Unidos, agora buscavam a perpetuação de sua superioridade militar na região e centralizavam seus discursos na pauta da segurança e defesa. A questão taiwanesa é trazida para o debate internacional e a aproximação dos EUA se dá por meio do desenvolvimento pacífico de relações, buscando o diálogo e a integração com estabilidade.⁸ É evidente que o plano do Pivô para o Leste Asiático se relaciona com a abordagem amistosa junto às autoridades chinesas. O plano dos EUA era o de usar a Parceria Transpacífica (TPP) como maneira de superar a Crise de 2008, estreitando as relações comerciais com os países do leste da Ásia. Vale ressaltar que a estratégia de política externa adotada por Obama teve duas vertentes: de um lado, Obama basicamente se ateve à política de "Uma China" sendo receptivo ao desenvolvimento de relações entre as duas margens do Estreito de Taiwan.⁹ Por outro lado, sua administração continuou a aprimorar as relações diretas com Taiwan, desenvolvendo cooperações econômicas e

6 (BECARD; CASTRO, 2013; HENDLER; NOGUEIRA, 2016).

7 Segundo Wang (2022).

8 China Association for International Friendly Contact (2017).

9 *Ibidem*.

apoiando a participação do território no regime internacional. Em suma, Obama enfatizou a importância das relações estadunidenses com a região Ásia-Pacífico, sob a justificativa de que tais relações eram de grande importância tanto para a economia mundial quanto para a própria segurança nacional dos Estados Unidos.

Com o fim do mandato de Obama, houve uma quebra da diplomacia até então estabelecida, na qual os pilares formados pela política externa democrata foram desafiados por seu sucessor. Assumindo a presidência em 20 de janeiro de 2017, Trump pôs acordos à prova desde o primeiro momento de seu mandato: recebeu uma ligação da chefe de Estado taiwanesa, Tsai Ing-wen, quebrando uma tradição estabelecida em 1979, quando foi acordado que nenhum presidente estadunidense se comunicaria diretamente por telefone com Taiwan.¹⁰ Desde então, Trump tomou atitudes que prejudicaram décadas de esforços de política externa, buscando assegurar o domínio estadunidense no sistema internacional de forma assertiva.

As consequências do governo Trump no cenário da disputa hegemônica foram severas: sua política externa, que buscou retardar o progresso da China e também pressionar seus líderes a se tornarem mais receptivos às prioridades e preocupações norte-americanas, surtiu resultados contrários aos seus objetivos iniciais. A diplomacia chinesa passou a perseguir mais incisivamente suas ambições e, dentro das relações bilaterais, o confronto se intensificou. Além disso, as perspectivas de cooperação desapareceram e a capacidade de ambos os países de resolver problemas e conciliar interesses se atrofiou.¹¹ Com o aumento da assertividade da China na busca por seus interesses externos e demais resultados diretos das estratégias de política externa de Trump, seu sucessor, Joe Biden, logicamente encontrou desafios significativos em seu mandato - as aproximações diplomáticas com Taiwan e a correspondente tensão com a China sendo o maior desafio nesse sentido.¹²

Atualmente, Biden quebrou a política duradoura estadunidense de "ambiguidade estratégica" em um pronunciamento em setembro, afirmando que os EUA defenderiam Taiwan face a um ataque chinês. Além disso, contribuiu significativamente para o acirramento das tensões hegemônicas a

¹⁰ China Association for International Friendly Contact (2017).

¹¹ (HASS, 2020).

¹² (CNBC, 2022).

partir da visita da presidente da câmara dos deputados, Nancy Pelosi, à Taiwan na noite do dia 2 de agosto. Pelosi ganhou atenção mundial ao ignorar o pronunciamento chinês de que tal visita "minaria gravemente" sua soberania e integridade territorial, impactando a base das relações EUA-China e enviando um sinal errado às forças de independência de Taiwan.¹³

Por outro lado, também foram emitidos recentemente pronunciamentos por parte das duas hegemonias que sinalizam uma busca pela manutenção da cooperação entre elas. Biden e Xi Jinping se encontraram antes da cúpula do G20 na Indonésia, no dia 14 de novembro, com pronunciamentos favoráveis à cooperação sino-americana. Xi Jinping enfatizou que a China e os Estados Unidos são dois grandes países com diferentes histórias, culturas, sistemas sociais e caminhos de desenvolvimento, mas que tais diferenças não devem se tornar um obstáculo para o crescimento das relações China-EUA.¹⁴ Biden, por sua vez, declarou que os Estados Unidos e a China têm a responsabilidade compartilhada de mostrar ao mundo que podem administrar suas diferenças, evitando e impedindo que desentendimentos ou competições se transformem em confrontos ou conflitos diretos.¹⁵

Por fim, vale ressaltar que Xi Jinping também declarou que a questão de Taiwan está no cerne dos interesses centrais da China e é a base da fundação política entre China e EUA, e a primeira linha vermelha que não deve ser cruzada em suas relações. Resolver a questão de Taiwan, segundo o presidente, é um assunto para os chineses e a política interna da China.¹⁶ Desse modo, torna-se claro que o conflito de interesses entre as duas potências, assim como a disputa hegemônica, não estão asseguradamente estáveis. Os interesses de ambas, interna e externamente, vão de encontro às suas respectivas ambições. Logo, apesar de discursos favoráveis à cooperação, é de extrema importância que sejam levadas em consideração questões nacionais e externas nessa dinâmica bilateral, pois as consequências dos ciclos hegemônicos refletem amplamente na dinâmica regional da Ásia-Pacífico. A falta de consistência na política externa dos Estados Unidos se contrapõe à diplomacia chinesa e produz sucessivas ondas de incerteza, que se intensificam ainda mais no cenário de disputa comercial. A alternância de

¹³ Discurso do Porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China Zhao Lijiang, em um briefing em novembro de 2022

¹⁴ (FMRPC, 2022)

¹⁵ (FMRPC, 2022)

¹⁶ (FMRPC, 2022)

poder democrática estadunidense deve permitir que se busque uma maior homogeneidade no que se refere ao diálogo com a RPC e deve construí-lo de maneira não-belíca e a partir de iniciativas de cooperação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Gabriela Granço do. A "Ascensão Pacífica" na evolução da diplomacia chinesa nas últimas décadas. *Aurora, Marília*, v. 6, n. 1, p. 71-94, 2012. DOI 10.36311/1982- 8004.2012.v6n1.2719.

BECARD, Danielly Ramos; CASTRO, Aline Contti. As Relações China-ASEAN e a construção da liderança sub-regional chinesa: Economia e diplomacia (1997-2010). *Carta Internacional, Belo Horizonte*, v. 8, n. 1, p. 22-47, 2013. Biden says U.S. forces would defend Taiwan in the event of a Chinese invasion.

CNBC. 2022. Disponível em: <https://www.cnbc.com/2022/09/19/biden-says-us-forces-would-defend-taiwan-in-the-event-of-a-chinese-invasion.html> Acesso em: 2 dez 2022.

CHUNG, Jae Ho. China e Nordeste da Ásia: uma equação complexa para uma 'ascensão pacífica': Uma equação complexa para uma 'ascensão pacífica'. *Political Studies Association*, [s. l.], v. 27, n. 3, 2007. DOI 10.1111/j.1467-9256.2007.00295x. FMRPC. President Xi Jinping Meets with U.S. President Joe Biden in Bali. Ministry of Foreign Affairs of The People's Republic of China. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/202211/t20221114_10974686.html. Acesso em: 2 dez 2022.

GLOBAL TAIWAN INSTITUTE. Relações EUA-Taiwan no século 21: Uma parceria econômica global em expansão. In: HSIAO, Bi-khim; TONG, Kurt; WALTERS, Riley; WANG, Robert; HSIAO, Russel. Relações EUA-Taiwan no século 21: Uma parceria econômica global em expansão. 1. ed. [S. l.]: Global Taiwan Institute, 2022. Disponível em: <https://globaltaiwan.org/events/may-25-us-taiwan-relations-in-the-21st-century-an-expanding-global-economic-partnership/>. Acesso em: 1 dez. 2022.

HASS, Ryan. Lessons from the Trump Administration's Policy Experiment on China. Working Paper for the Penn Project on the Future of U.S.-China Relations. 2020. Disponível em: https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2020/09/Ryan-Hass_Lessons-from-the-Trump-Administrations-Policy-Experiment-on-China_Final.pdf Acesso em: 2 dez. 2022.

HENDLER, Bruno; NOGUEIRA, Isabela. O Sudeste Asiático entre Estados Unidos e China: "Arquipélago de economias de mercado" ou palco da competição interestatal capitalista?. Carta Internacional, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p. 199-221, 2016. DOI 10.21530/ci.v11n3.2016.489. KISSINGER, Henry. On China. [S. l.]: Penguin UK, 2011. 624 p. ISBN 0141972386, 9780141972381.

LIJIANG, Zhao. Daily Briefing, 2022. WENZHAO, Tao. Política de Taiwan da Administração Obama. China Association for International Friendly Contact, [s. l.], 2017. Disponível em: <https://www.caifc.org.cn/index.php?m=content&c=index&a=show&catid=22&id=529>. Acesso em: 1 dez. 2022.



PARTICIPAÇÃO DOS PAÍSES DA ÁSIA-PACÍFICO NA COP27

Beatriz Fernandes Lira Cavalcante

Beatriz Nardy de Queiroz

“Acredito profundamente que a COP27 é uma oportunidade de demonstrar união contra uma ameaça existencial que só podemos superar por meio de ações conjuntas e implementação efetiva”.¹ Foi o que declarou o presidente do Egito Abdel Fattah El-Sisi, país sediado da Sharm el-Sheikh Climate Change Conference, mais conhecida como COP27, uma das maiores e mais importantes conferências anuais relacionadas ao clima. As Conferências das Partes reúnem os governos que assinaram não apenas o *United Nations Framework Convention on Climate Change* (UNFCCC)², como também o Protocolo de Kyoto ou o Acordo de Paris. Neste ano, o cenário mundial que marca a Conferência não é apenas dos eventos climáticos extremos, como também da crise energética impulsionada pela guerra na Ucrânia.

Durante os dias 6 e 20 de novembro de 2022, um dos objetivos da COP27 foi planejar a implementação de todas as promessas feitas na COP26, que marcou os 5 anos da assinatura do Acordo de Paris e teve como resultado principal o Pacto do Clima de Glasgow, cidade onde foi realizada. Logo, pontos essenciais da discussão da cúpula envolveram, por exemplo, a questão de mitigação, adaptação, financiamento, principalmente quando consideramos países em desenvolvimento, e a questão do loss and damage (perdas e danos em tradução livre) que diz respeito aos custos já incorridos pelas mudanças climáticas. Assim, o termo abrange tanto as perdas econômicas (casas, terras, fazendas ou empresas) quanto não econômicas (mortes de pessoas, locais culturalmente importantes ou biodiversidade).

O ano de 2022 vem sendo marcado por eventos climáticos extremos cada vez mais frequentes e diversos países enfrentaram – e seguem enfrentando –

¹ No original: I deeply believe that COP27 is an opportunity to showcase unity against an existential threat that we can only overcome through concerted action and effective implementation.

² O *United Nations Framework Convention on Climate Change* (UNFCCC) faz parte das Nações Unidas e é encarregada em apoiar respostas globais à ameaça das mudanças climáticas. Tendo a adesão quase universal de 198 partes, o UNFCCC é o “tratado pai” de acordos essenciais como o Paris Agreement de 2015 e o Protocolo de Kyoto de 1997. Para mais informações, ver: <https://unfccc.int/about-us/about-the-secretariat> e <https://unfccc.int/>.

desastres consequentes das mudanças do clima, como: tufões, inundações, ondas de calor e secas. Assim, a COP27 ocorre em um momento crítico para a região da Ásia-Pacífico, na qual se encontram alguns dos países mais afetados por essas mudanças climáticas. Diante desse contexto, a discussão sobre a criação de um fundo de 'perdas e danos' foi impulsionada pelo bloco do G77³ mais China, que apresentou uma proposta⁴ para a criação de um mecanismo financeiro. O mecanismo seria construído nos moldes do Fundo Verde do Clima, o GCF, e pretende ter um comitê de transição definido já nesta COP para desenvolver os objetivos, princípios e modo de operação do fundo até o ano que vem.

No que tange a criação do fundo, cabe destacar a posição chinesa frente a sua criação. O enviado climático da China na COP27, Xie Zhenhua, disse que Pequim está disposto a contribuir para um mecanismo de compensação dos países mais pobres pelas perdas e danos causados pela crise climática. Contudo, um porta-voz da delegação chinesa na conferência afirmou que a China não contribuiria financeiramente. Embora o país conte com contribuições significativas para as emissões de gases de efeito estufa na atmosfera devido ao seu crescimento econômico e industrial nos últimos 30 anos, o argumento chinês baseia-se no fato de que a China é classificada como país em desenvolvimento de acordo com a UNFCCC, o que contribui para a justificativa de que o país não possui a mesma responsabilidade que nações mais ricas e históricas emissoras de gases de efeito estufa possuem. Isto posto, é possível que a China forneça financiamento climático para países em desenvolvimento – incluindo nações insulares do Pacífico – bilateralmente, como vem fazendo.

Vale ressaltar também o papel do *Climate Vulnerable Forum* (CVF), um fórum internacional para os países mais ameaçados pelas mudanças climáticas, abrangendo 1.4 bilhão de pessoas ao redor do mundo (CVF). Agora composto por 58 países, os membros do CVF demandaram, em uma reunião para definir as prioridades e expectativas da COP27, a urgência por um comprometimento de um fundo internacional e mecanismos para controle de perdas e danos

3 Do G77 fazem parte os seguintes países da Ásia-Pacífico: Bangladesh, Brunei, Butão, Camboja, Coreia do Norte, Filipinas, Índia, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Nepal, Paquistão, Singapura, Tailândia, Timor-Leste e Vietnã.

4 Para mais informações sobre a proposta e o Draft Text, 15 nov. 2022, ver:

https://unfccc.int/sites/default/files/resource/G77_Finance_L_D_Funding_Arrangements_Draft_Text_General_2022_11_15_Final.pdf

visando ajudar países vulneráveis a se recuperarem do número cada vez mais elevado de eventos climáticos extremos e devastadores.

Dessa forma, é requisitado dos países ricos, capazes e altamente poluidores que se comprometam a financiar os custos de Loss and Damage, que são suportados pelas nações mais ameaçadas pelo clima do mundo. Segundo o presidente da CVF, Hon Henry Kokofu, os países vulneráveis sofrem cada vez mais com as consequências do fracasso das nações grandes e poluidoras, e a COP27 deve agir de forma decisiva. Também na Conferência, os países do fórum tiveram como uma de suas frentes de atuação a busca por um comprometimento de financiamento para as perdas e danos, apoiando também a reconstrução do que foi perdido nos eventos climáticos extremos.

De forma complementar a China, Bangladesh também teve uma atuação importante na COP27. Sendo um país extremamente afetado pela mudança climática e os diversos efeitos que se seguem, Bangladesh pode ter parte de seu território submerso perante um aquecimento global não controlado. Nesse sentido, a COP27 se apresentou com um clima de urgência para esse ator, que vem buscando se tornar um exemplo global de adaptação perante as mudanças climáticas.

A partir disso, o país lançou o Mujib Climate Prosperity Plan, além de participar como parceiro do Climate Prosperity Plan, lançado pelo Sri-Lanka. Nesse primeiro, com uma agenda específica para o crescimento verde e a mudança climática, Bangladesh busca garantir o seu caminho de prosperidade e independência, principalmente no cenário pós-Covid 19. Ao funcionar para neutralizar danos e perdas induzidos pelo clima, o plano busca a resiliência e a estabilidade perante o apoio de ferramentas e modelos de financiamento otimizado, buscando alocar um investimento de \$46.93 bilhões de dólares e \$2 bilhões de dólares para a adaptação. Da mesma forma, as estruturas de financiamento serão otimizadas no sentido de atrair investimentos estrangeiros diretos e mobilizar capital do setor privado nacional por meio do uso de parcerias público-privadas.

De forma semelhante, o Climate Prosperity Plan do Sri Lanka, na qual Bangladesh é parceiro, busca atrair investimentos estrangeiros na economia visando impulsionar não apenas o crescimento econômico, como também a

geração de empregos. Com foco também na aceleração da adaptação climática e a redução de emissões de gases de efeito estufa, o Plano também busca o foco em emissões líquidas negativas, aspirando uma taxa de crescimento econômico 1% maior ao ano, em um aumento de PIB em 34% até 2050.

Em resumo, o resultado da COP de estabelecer e operacionalizar um fundo de perdas e danos é histórico. Por um lado, a decisão pode ser positiva para os países da região da Ásia-Pacífico, visto que esses tipos de eventos climáticos extremos tendem a aumentar em intensidade e frequência como consequência das mudanças do clima ao longo dos anos, e na região encontram-se diversas nações particularmente vulneráveis a desastres climáticos. Por outro lado, contudo, nenhuma decisão foi tomada sobre quem deve contribuir para o fundo, de onde virá esse dinheiro e quais países serão beneficiados. Assim, para que o fundo tenha, de fato, resultados tangíveis e positivos, é preciso que não só o financiamento seja levantado o quanto antes, como a decisão acerca de quais países devem contribuir e onde e como o dinheiro deve ser distribuído também seja feito o mais rápido possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGELO, Claudio. Países pobres pedem criação de fundo para perdas e danos na COP27. Observatório do Clima, 11 nov. 2022. Disponível: <<https://www.oc.eco.br/paises-pobres-pedem-criacao-de-fundo-para-perdas-e-danos-na-cop27/>>. Acesso em: 4 dez. 2022.

CVF. Climate Vulnerable Forum. 2022. Disponível em: <<https://thecvf.org/>>. Acesso em: 4 dez. 2022.

_____. COP27 Climate Prosperity Plans Flagship Event. Statement by H.E MD Shahab Uddin. 08 nov. 2022. Disponível em: <https://thecvf.org/our-voice/statements/member/statement-for-cpp-flagship-event-shahab-uddin>. Acesso em: 04 dez. 2022.

_____. Forum of Vulnerable Nations Calls for Dedicated International Funds for Climate Crisis Loss & Damage. 4 out. 2022. Disponível em: <<https://thecvf.org/our-voice/news/press-releases/forum-of-vulnerable-nations-calls-for-dedicated-international-funds-for-climate-crisis-loss-damage/>>.

Acesso em: 4 dez. 2022.

G1. COP27: o que significa o conceito de 'perdas e danos' nas discussões sobre as mudanças climáticas. 11 nov. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/meio-ambiente/cop-27/noticia/2022/11/11/cop27-o-que-significa-o-conceito-de-perdas-e-danos-nas-discussoes-sobre-as-mudancas-climaticas.ghtml>>. Acesso em: 4 dez. 2022.

MUJIB Climate Prosperity Plan. Decade 2030. Setembro 2021. Disponível em: https://mujibplan.com/wp-content/uploads/2021/12/Mujib-Climature-Prospereity-Plan_ao-21Dec2021_small.pdf. Acesso em: 4 dez. 2022.

NAÇÕES UNIDAS. COP27: o que você precisa saber sobre a Conferência do Clima da ONU. 2 nov. 2022. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/205789-cop27-o-que-voce-precisa-saber-sobre-conferencia-do-clima-da-onu>>. Acesso em: 4 dez. 2022.

NEWS1ST. Sri Lankan Climate Prosperity Plan. 2022. Disponível em: <https://www.newsfirst.lk/2022/11/10/sri-lanka-launches-%E2%80%98climate-prospereity-plan%E2%80%99-at-cop27/>. Acesso em: 4 dez. 2022.

OFORI-ATTA, H.E. Ken. COP27 Climate Prosperity Plans Flagship Event. 8 nov. 2022. Disponível em: <<https://thecvf.org/statement-for-cpp-flagship-event-ofori-atta>>. Acesso em: 4 dez. 2022.

TOWNEND, Ruth. What are the key issues at COP27?. Chatham House, 2022. Disponível em: <<https://www.chathamhouse.org/2022/08/what-cop27>>. Acesso em: 4 dez. 2022.

UNEP. COP27 ends with announcement of historic loss and damage fund. 22 nov. 2022. Disponível em: <https://www.unep.org/news-and-stories/story/cop27-ends-announcement-historic-loss-and-damage-fund>. Acesso em: 4 dez. 2022.

UM SÓ PLANETA. Na COP27, China anuncia plano para conter aumento das emissões de metano. 9 nov. 2022. Disponível em: <<https://umsoplaneta.globo.com/clima/cop/noticia/2022/11/09/na-cop27-china-anuncia-plano-para-conter-aumento-das-emissoes-de-metano.ghtml>>. Acesso em: 4 dez. 2022.

5

HWASONG-17: ESCALADA NAS TENSÕES NA PENÍNSULA COREANA

Isabela Süssekind Rocha Torres

Rogério Holanda Zoghbi

No dia 18 de novembro de 2022, a Coreia do Norte realizou a testagem do Hwasong-17, seu mais novo míssil balístico intercontinental, considerado a arma de maior alcance do país. No dia 17, o país já havia realizado o disparo de um míssil de curto-alcance devido à presença militar dos Estados Unidos na região do Pacífico. O lançamento do míssil Hwasong-17 foi realizado logo após o ministro das Relações Exteriores da Coreia do Norte criticar a recente cúpula trilateral entre os Estados Unidos, Coreia do Sul e Japão, na qual reprovaram os testes de armas de Pyongyang e se comprometeram a uma maior cooperação na área de segurança.

Neste cenário, além do alerta às nações do Leste Asiático, como a Coreia do Sul e o Japão, o lançamento do novo projétil relembra o governo estadunidense da preocupação em relação ao desenvolvimento dos armamentos norte-coreanos nos últimos anos, como por exemplo o primeiro teste de um míssil balístico intercontinental, o Hwasong-14, em 2017, e os mísseis de curto alcance movidos a combustível sólido, como o KN-23 e o KN-25, testados em 2019. Desde 2017, a Coreia do Norte detém mísseis capazes de atingir a América do Norte e, por conseguinte, os Estados Unidos e regiões contíguas, o que levou à decisão estadunidense de desenvolver e implantar o Sistema de Defesa de Curso Intermediário para a proteção da pátria do país. No caso mais recente, o disparo seria capaz de voar até 15 mil quilômetros, ou seja, atravessar o Oceano Pacífico e atingir o território estadunidense de acordo com a estimativa feita pelo Ministro de Defesa do Japão. Paralelamente, a localização de pelo menos 120 bases dos Estados Unidos em território japonês faz com que a presença norte-americana seja sentida pelo continente asiático, embora não sejam Estados vizinhos. Considerando o histórico de intervenções praticadas pelos EUA, a Coreia do Norte não aprova as 73 bases instaladas em solo sul-coreano.

Portanto, se a conjuntura do Leste Asiático parece desfavorável para o governo norte-coreano, por qual motivo arriscar um ataque à sua soberania e ameaçar

sua própria segurança interna? Segundo o professor sul-coreano Kim Min-hyung (2015), existem algumas interpretações possíveis no que tange a política externa da Coreia do Norte. A interpretação imediatamente criticada e descartada pelo autor é a visão compartilhada entre oficiais estadunidenses de que a Coreia do Norte pratica uma política externa imprevisível e insana.

Em contrapartida a essa interpretação, que pode ser vista como tendenciosa e incapaz de auxiliar na explicação de outros comportamentos norte-coreanos, há outras mais complexas. Por um lado, a constante provocação norte-coreana pode ser compreendida como uma resposta às ações dos EUA e sul-coreanas. De outro, a escolha pela via do diálogo, ao invés do estabelecimento de punições, pode demonstrar fraqueza e possibilitar a realização de novas provocações. Porém, essas interpretações costumam ser rasas e não consideram algumas características da política norte-coreana.

De acordo com Kim Min-hyung, a perspectiva norte-coreana sobre seu armamento nuclear pode ser entendida pelo Comitê Central do Partido dos Trabalhadores de 2013, presidido por Kim Jong-un, que definiu as armas nucleares como não sendo “moeda de troca política nem objeto de negociações econômicas”. Portanto, segundo o professor, Pyongyang entende que a sobrevivência do regime norte-coreano é assegurada, principalmente, por suas armas nucleares, e não por seus aliados. Assim, um dos principais benefícios obtidos a partir dos testes contínuos é a resposta internacional que provém deles, tendo em vista o histórico da diplomacia norte-coreana de provocar, realizar uma ofensiva diplomática cujo intuito é angariar apoio econômico, e então provocar novamente.

Os alvos das provocações realizadas pela Coreia do Norte não são apenas os EUA, Japão e a Coreia do Sul, mas também a China e a própria população norte-coreana. Considerando o aumento da competição e tensão das relações sino-estadunidenses pela hegemonia no Leste Asiático, além da relevância que os dois Estados desempenham no sistema internacional contemporâneo, a política norte-coreana costuma ser interpretada ou pela perspectiva bélica dos EUA ou pela comercial da China. Como forma de dissociar a sua imagem das políticas chinesa e estadunidense, e buscando a legitimação de seu Estado, o governo norte-coreano investe em seu status de potência nuclear. Assim, a

Coreia do Norte reforça sua autoridade sobre seu território ao utilizar de uma retórica nacionalista direcionada aos seus cidadãos, servindo como uma política de propaganda política.

Quanto à perspectiva chinesa a respeito do desejo norte-coreano por reconhecimento, que pode ser entendido como uma resistência à configuração das relações internacionais do Leste Asiático, a concepção é baseada em uma lógica de custos e benefícios. Por mais que a instabilidade promovida pela Coreia do Norte seja vista como desvantajosa, a China se encontra concentrada em evitar o avanço estadunidense pela região. Isso não impediu o governo chinês de se pronunciar a favor da desnuclearização da península coreana, mas conforme o grande número de bases dos EUA na região indica, a China precisa de aliados para impedir o controle estadunidense sobre a região do Leste Asiático. Ademais, o professor Kim Min-hyung aborda a resistência do governo norte-coreano em adotar políticas econômicas similares às chinesas por entender que o regime iria ruir, isolando ainda mais Coreia do Norte e a tornando ainda mais dependente da China. Então, sabendo de sua importância para a China devido a competição sino-estadunidense, a Coreia do Norte limita as estratégias possíveis ao governo chinês enquanto aumenta a sua relevância estratégica devido ao seu poderio militar, garantindo a persistência de laços econômicos.

Em resposta aos testes de mísseis, os Estados Unidos, Japão, Coreia do Sul e União Europeia impuseram sanções a três altos funcionários norte-coreanos associados ao programa de armas de destruição em massa do país. Sob as novas sanções, todos os ativos das autoridades norte-coreanas serão congelados, impedindo-os de realizar qualquer transação com qualquer empresa ou indivíduo nos EUA. De acordo com o Departamento de Estado dos EUA, as medidas visam promover a responsabilidade em resposta ao ritmo, escala e escopo dos lançamentos de mísseis balísticos de Pyongyang. Em comunicado, os Estados Unidos também defenderam a necessidade de todos os países implementarem totalmente as resoluções do Conselho de Segurança da ONU, com o objetivo de impedir que a Coreia do Norte consiga adquirir as tecnologias e materiais necessários para desenvolver suas capacidades de armas de destruição em massa e mísseis balísticos. No entanto, apesar da imposição de duras sanções, analistas estadunidenses acreditam que tais

medidas são apenas simbólicas e não mudam o comportamento de Pyongyang. Para que se obtenha um impacto real, seria necessário suspender o acesso a bancos correspondentes em dólares americanos das instituições chinesas continentais que lidam com o dinheiro do regime de Kim Jong-un.

Diante da atual conjuntura, conclui-se que a atitude conciliatória de curta duração do regime norte-coreano, estabelecida durante o governo de Donald Trump, foi definitivamente encerrada, considerando-se que, em 2021, o líder supremo Kim Jong-un disparou mais de 70 mísseis, o dobro da quantidade total de testes realizados durante todo o regime de 63 anos de seu pai e avô. A aceleração do desenvolvimento nuclear norte-coreano pode ser compreendida considerando-se os atuais esforços globais voltados ao conflito na Ucrânia e a divisão existente no Conselho de Segurança referente à condenação da Coreia do Norte, no que tange os membros permanentes do órgão da ONU. Enquanto os Estados Unidos, França e Reino Unido repudiam veementemente o lançamento do míssil balístico intercontinental, caracterizando-o como “uma grave escalada e uma ameaça inequívoca para a paz e a segurança internacional” (Folha PE), em 2022, tanto a Rússia quanto a China utilizaram seus vetos no Conselho para bloquear qualquer tentativa do governo de Joe Biden em expandir a lista de sanções impostas à Coreia do Norte. Paralelamente, no dia 21 de novembro, a Coreia do Sul havia pedido uma “cooperação ativa” da China e da Rússia para impedir que a Coreia do Norte conduzisse novos testes de mísseis, solicitando que ambos os países “desempenhem papéis construtivos para impedir a Coreia do Norte de novas provocações e fazê-la voltar ao diálogo” (CNN Brasil). Portanto, torna-se nítido que, para Pyongyang, negociar com os Estados Unidos é infrutífero, enquanto contar com os velhos aliados, como as nações russa e chinesa, representa uma aposta mais segura para o regime manter o controle total sobre seu território.

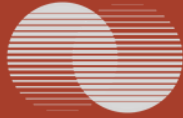
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KIM, Min-hyung. Why provoke? The Sino-US competition in East Asia and North Korea's strategic choice. *Journal of Strategic Studies*, v. 39, n. 7, p. 979-998, 2016. New missile test shows North Korea capable of hitting all of US mainland. CNN, 2017. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2017/11/28/politics/north-korea-missile-launch/index.html>>. Acesso em: 2 dezembro de 2022.

North Korea claims Friday's launch was a 'new kind of intercontinental ballistic missile'. CNN, 2022. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2022/11/17/asia/north-korea-ballistic-missile-friday-intl-hnk/index.html>>; Acesso em: 2 dezembro 2022. Infographic: US military presence around the world. Al Jazeera, 2021. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2021/9/10/infographic-us-military-presence-around-the-world-interactive>>; Acesso em: 2 dezembro 2022.

CNN Brasil. Coreia do Sul busca cooperação da China e Rússia contra testes da Coreia do Norte. 21 de novembro de 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/coreia-do-sul-busca-cooperacao-da-china-e-russia-contra-testes-da-coreia-do-norte>>; Acesso em: 18 dezembro 2022.

FOLHA PE. Conselho de Segurança da ONU está dividido sobre condenação à Coreia do Norte. 21 de novembro de 2022. Disponível em: <<https://www.folhape.com.br/noticias/conselho-de-seguranca-da-onu-esta-dividido-sobre-condenacao-a-coreia/247771/>>; Acesso em: 18 dezembro 2022



LIGA DE ESTUDOS
ÁSIA-PACÍFICO



Instituto
de Relações
Internacionais



PUC
RIO

